

Ecopolítica. Governamentalidades planetárias novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle

Relatório de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis

Resumo

Considerando o lançamento do documento *O Futuro Que Queremos*, de junho 2012, este relatório apresenta o acompanhamento dos resultados conduzidos pela Organização das Nações Unidas que resultou na proposta dos 17 pontos para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para serem lançados pelo Open Working Group em setembro de 2014 para discussões futuras em 2015.

O Futuro que Queremos

Em 2010, a Organização das Nações Unidas realizou uma Cúpula internacional relativa aos dez anos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs). No documento final da reunião “Keeping the Promise: united to achieve the Millennium Development Goals” foi requerido ao Secretário-geral, por meio do item referente ao compromisso de atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, uma proposta para se pensar um projeto além de 2015¹, data limite dos ODMs.

O ano de 2012 foi o período em que a maioria das ações voltadas ao planejamento pós-2015 tomou a agenda internacional da ONU, principalmente com os preparativos da Rio+20 – Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável –, realizada na cidade do Rio de Janeiro 20 anos após a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Eco-92, que consolidou o termo *desenvolvimento sustentável* por meio da Declaração do Rio e a Agenda 21².

¹ Disponível em:

http://www.un.org/en/mdg/summit2010/pdf/ZeroDraftOutcomeDocument_31May2010rev2.pdf (acesso em 07/11/2014).

² A Declaração do Rio foi aprovada pela Assembleia Geral em sua 48ª Sessão por meio da resolução 47/190 de 21 de dezembro de 1992. Cf. UN Documents (1993). *Resolution adopted by the General Assembly*. Disponível em: <http://www.un-documents.net/a48r190.htm> (acesso em 15/12/2014).

Em setembro de 2011 foi criado um grupo chamado *UN System Task Team on the post-2015 UN Development Agenda*, responsável por pensar a estrutura das Nações Unidas³ e propostas que pudessem integrar uma política única de desenvolvimento “econômico inclusivo, progresso social, sustentabilidade ambiental, paz e segurança”, bem como a agenda para além 2015, junto das mais de 60 agências das Nações Unidas e seus *stakeholders*⁴. Este grupo produziu o relatório *Realizing the Future We Want for all* encaminhado ao Secretário-Geral da ONU⁵ como estudo preparatório para estabelecer uma Agenda do Desenvolvimento Sustentável para 2015. No preâmbulo do relatório fica evidente que seria na Rio+20 que um compromisso ou normativa de maior influência política teria sido definida e elaborada como resultado de uma “promessa” global⁶:

Ainda é muito cedo para definir metas concretas e metas para a agenda de desenvolvimento das Nações Unidas pós-2015. Vários processos precisarão executar resultados em um primeiro momento. O resultado e acompanhamento da Conferência Rio + 20 sobre Desenvolvimento Sustentável irá fornecer orientação crítica e uma visão comum, assim a estrutura para a agenda pós -2015 deve estar totalmente alinhada com esse resultado. Além disso, os processos de consulta ampla e inclusiva sobre a visão para a agenda pós -2015 ainda estão em curso e será essencial para a formação de uma visão compartilhada. O desafio imediato é chegar a um consenso sobre os contornos de uma agenda que identifica adequadamente as necessidades de desenvolvimento das gerações presentes e futuras, e é capaz de cristalizar estas prioridades nos objetivos de desenvolvimento que sejam claras e fáceis de comunicar e sustentáveis, que ajudem a orientar de forma coerente ações políticas nos níveis global , regional e nacional⁷.

³ Ver anexo 1 que compreende todas as agências das Nações Unidas que fazem parte do UN System Task Team on the post-2015 UN Development Agenda.

⁴ Disponível em: http://www.un.org/en/development/desa/policy/untaskteam_undf/untt_report.pdf (acesso em 28/11/2014).

⁵ *O Futuro que Queremos*, iniciativa que faz parte dos principais objetivos do Secretariado das Nações Unidas, expresso no envolvimento direto do representante executivo da organização, o Secretário-geral Ban Ki-moon.

⁶ O System Task Team publicou uma agenda de ações referentes aos preparativos e elaboração do documento final dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a “Intergovernmental processes of relevance for post-2015 UN Development Agenda Preparations”. Disponível em: www.un.org/en/development/desa/policy/untaskteam_undf/post2015_rel_intergov_processes.pdf (acesso em 28/12/2014).

⁷ Disponível em: http://www.un.org/en/development/desa/policy/untaskteam_undf/untt_report.pdf (acesso em 12/10/2014).

No entanto, foi com o documento *O Futuro que Queremos*, aprovado no final da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, que o projeto de uma agenda para o período pós 2015 começou a organizar propostas mais próximas ao estabelecimento dos objetivos sustentáveis.

A primeira Agenda para o desenvolvimento nos termos metodológicos recorrentes hoje, no sistema das Nações Unidas, foi a Agenda 21 Global que almejava determinar um modelo de desenvolvimento para o século XXI. Foi o projeto da Agenda 21 que pela primeira vez implementaria um sistema pautado em uma agenda dita global, com objetivos, metas pré-estabelecidas e atividades referentes a cada meta, seguidas de indicadores – um processo quase empresarial de monitoramento para lidar com os temas identificados como sociais. A partir de então, formas de alinhar ações dos governos nacionais para aprimorar a coleta e o tratamento de dados, monitoramentos e medições foram aplicadas a várias das campanhas globais das Nações Unidas, desde a criação do Índice de Desenvolvimento Humano de 1990⁸. Segue abaixo o parágrafo 252 do *O futuro Que Queremos*, em que se afirma o legado metodológico da Agenda 21 refletido em várias outras iniciativas, e que fará parte dos planos para o pós 2015⁹.

Reafirmamos que os meios de aplicação definidos na Agenda 21, o Plano de Implementação de Johannesburgo, o Consenso de Monterrey da Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, e a Declaração de Doha sobre o Financiamento para o Desenvolvimento são indispensáveis para a consecução da tradução completa e eficaz dos compromissos de desenvolvimento sustentável em resultados tangíveis. Reiteramos que cada país tem a responsabilidade primária pelo seu próprio desenvolvimento econômico e social, e que o papel das políticas nacionais, os recursos e estratégias

⁸ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado no final dos anos de 1980 pelos economistas Mahbub ul Haq e Amartya Sen, e publicado no Primeiro Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, como forma de mensurar índices de desenvolvimento aplicáveis a municípios, estados e países a fim de evidenciar dados para além do crescimento econômico baseado na renda. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/219/hdr_1990_en_complete_nostats.pdf (acesso em 08/10/2014).

⁹ Vale ressaltar que a Agenda 21 e a Declaração do Rio são os dois principais documentos citados no processo de formulação dos objetivos de desenvolvimento sustentável discutidos entre 2012 e 2014. Alguns exemplos são: A/RES/67/203 - Implementation of Agenda 21, the Programme for the Further Implementation of Agenda 21 and the outcomes of the World Summit on Sustainable Development and of the United Nations Conference on Sustainable Development; A/67/437/Add.1 - Implementation of Agenda 21, the Programme for the Further Implementation of Agenda 21 and the outcomes of the World Summit on Sustainable Development and of the United Nations Conference on Sustainable Development; A/C.2/67/L.45 - Implementation of Agenda 21.

nacionais de desenvolvimento não podem ser subestimados. Reafirmamos que os países em desenvolvimento necessitam de recursos adicionais para o desenvolvimento sustentável. Reconhecemos a necessidade de uma mobilização significativa de recursos, de diversas fontes, e do uso eficaz dos recursos financeiros, a fim de promover o desenvolvimento sustentável. Reconhecemos que a boa governança e o Estado de Direito em nível nacional e internacional são essenciais para o crescimento econômico sustentável, inclusivo e justo, para o desenvolvimento sustentável e para a erradicação da pobreza e da fome¹⁰.

O documento *O Futuro Que Queremos* veio como a aposta das Nações Unidas para manter o mesmo ideal de metas para o período pós-2015, em substituição de uma de suas maiores campanhas globais, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Este foi o grande projeto que desde 2000 orientou a reestruturação do próprio sistema das Nações Unidas, suas agências e órgãos. As oito metas que deveriam ser alcançadas pelos países considerados em desenvolvimento até o ano de 2015 foram definidas por: redução da pobreza (1), Atingir o ensino básico universal (2), igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres (3), reduzir a mortalidade na infância (4), melhorar a saúde materna (5), combater o HIV/ AIDS, a malária e outras doenças (6), garantir a sustentabilidade ambiental (7), estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento (8)¹¹.

O documento resultante da Rio+20 reafirmou todo o escopo produzido frente às cúpulas internacionais passadas que remontam desde 1972 com a Conferência de Estocolmo – Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente. Assim, marca os 40 anos de investimento das Nações Unidas em estabelecer a gestão do meio ambiente como mais um dos objetivos que atravessam, em uma política planetária, campos que tocam desde o desenvolvimento até a garantia de segurança dos espaços, sejam estes siderais ou terrestres.

O Futuro que Queremos legitima a noção de desenvolvimento sustentável como o modelo político econômico que será aplicado em uma nova agenda para o Desenvolvimento até 2030. O item 246 do documento, relativo às “metas de

¹⁰ Disponível em: http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro-que-queremos/at_download/the-future-we-want.pdf (acesso em 04/08/2014).

¹¹ Disponível em: www.pnud.org.br/odm.aspx (acesso em 10/09/2014).

desenvolvimento sustentável” sintetiza bem não apenas o escopo normativo como também o mecanismo de atualização das Metas do Milênio, que não o descarta, mas o afirma como ação de sucesso global, apta aos ajustes para dar continuidade a este tipo de racionalidade internacional e aprimorar a noção de desenvolvimento.

“Reconhecemos que a formulação de metas poderia ser útil para o lançamento de uma ação coerente e focada no desenvolvimento sustentável. Reconhecemos ainda a importância e a utilidade de definir um conjunto de metas de desenvolvimento sustentável, fundamentado na Agenda 21 e no Plano de Implementação de Johannesburgo, que respeitem plenamente todos os Princípios do Rio, tendo em conta as diferentes circunstâncias, capacidades e prioridades de cada país; sejam consistentes com o direito internacional; apoiem-se em compromissos já assumidos; e contribuam para a plena implementação dos textos resultantes de todas as principais cúpulas nos domínios econômico, social e ambiental, incluindo este documento final. Esses objetivos devem abordar e incorporar de forma equilibrada todas as três dimensões do desenvolvimento sustentável e suas inter-relações. Eles devem ser coerentes e integrados na Agenda de Desenvolvimento das Nações Unidas para além de 2015, contribuindo assim para a realização do desenvolvimento sustentável e servindo como um guia para a implementação e integração do desenvolvimento sustentável no sistema das Nações Unidas como um todo. O desenvolvimento dessas metas não deve desviar a atenção ou o esforço da realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”¹².

Dessa forma *O Futuro que Queremos* emerge como pacto que deveria impulsionar entre os anos seguintes de 2012 até setembro de 2015, uma intensa agenda de atividades voltada ao novo projeto que será ainda lançado durante a 70ª Sessão da Assembleia das Nações Unidas em 2015.

A agenda e atividades após a Conferência Internacional Rio+20

Por meio da 67ª Sessão da Assembleia Geral, após os resultados da Rio+20, foi criado um grupo de trabalho denominado *Open Working Group*, responsável por estabelecer o rascunho do documento com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para a 68ª Sessão da Assembleia em 2013. Outras iniciativas de grupos consultivos também fizeram parte das discussões, da produção de análises e de relatórios. Foi o caso do Alto Painel de Pessoas Eminentes para a Agenda de Desenvolvimento pós 2015 (High

¹² Disponível em:

<http://www.uncsd2012.org/content/documents/727The%20Future%20We%20Want%2019%20June%2012%2030pm.pdf> (acesso em 30/09/2014).

Level Panel of Eminent Persons on the Post-2015 Development Agenda). O grupo tinha o objetivo exclusivo de aconselhar o Secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, que produziu um relatório em maio de 2013, *A New Global Partnership: Eradicate Poverty and Transform Economies through Sustainable Development*¹³, focado na erradicação da pobreza como meta universal para 2030. Ainda assim, o Working Open Group foi a iniciativa de maior influência política por ser ligada à Assembleia Geral e formada especificamente pelos estados membros, sendo o responsável por elaborar o rascunho final dos ODS. Cabe aqui uma análise mais aprofundada das atividades deste grupo em especial.

O *Open Working Group* começa a operar em janeiro de 2013¹⁴ e é composto por equipes de Estados-membros (1 a 4) que deveriam apresentar propostas no que concerne à composição dos ODS. Estas ações estão expressas no parágrafo 248 do *O Futuro que Queremos*:

Decidimos estabelecer um mecanismo intergovernamental inclusivo e transparente sobre as SDGs, aberto a todas as partes interessadas, com vista à sua formulação, a serem adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Um grupo de trabalho deverá ser constituído o mais tardar no início da 67ª Sessão da Assembleia Geral da ONU. Será composto por 30 representantes, nomeados pelos Estados-Membros nos cinco grupos regionais da ONU com o objetivo de alcançar justa, equitativa e equilibrada representação geográfica. No início, esse grupo de trabalho decidirá sobre o seu método de trabalho, estabelecendo modalidades, para garantir a plena participação das partes interessadas e de especialistas da sociedade civil, da comunidade científica e do sistema da ONU em seu trabalho, a fim de que haja uma diversidade de perspectivas e experiências. Ele apresentará um relatório na 68ª Sessão da Assembleia Geral contendo uma proposta de objetivos de desenvolvimento sustentável para exame e encaminhamentos apropriados.

Desta forma, o Open Working Group assume os 17 objetivos de desenvolvimento do milênio e suas metas. De acordo com sua plataforma eletrônica¹⁵, os Objetivos de

¹³ Disponível em: http://www.un.org/sg/management/pdf/HLP_P2015_Report.pdf (acesso em 20/10/2014).

¹⁴ Decisão formalizada no documento da Assembleia Geral A/67/L.48/rev.1, em referência ao parágrafo 248 do *O Futuro que Queremos*, dividindo os países em grupos de acordo com as 5 regiões da ONU. Ver Anexo 3 para lista completa dos grupos.

¹⁵ Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/sdgsproposal> (acesso em 15/09/2014).

Desenvolvimento Sustentável são acompanhados por metas que serão monitoradas através de indicadores focados em resultados mensuráveis: eles são orientados à ação, de natureza global e universalmente aplicável. Eles levam em conta as diferentes realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento”. Uma das principais estratégias é frisar que os objetivos de desenvolvimento tratarão das questões inacabadas dos ODMs e darão conta dos “novos desafios”. As metas, por sua vez, “constituem um conjunto integrado e indivisível de prioridades para o desenvolvimento sustentável global”. Por fim, as metas (em geral 5 para cada objetivo) e objetivos devem expressar a noção de desenvolvimento sustentável baseada na “integração dos aspectos econômicos, sociais e ambientais”¹⁶. Apesar do discurso não ser novo, o principal ponto é a consolidação deste modelo de desenvolvimento que injeta por parte de organizações internacionais, *think tanks*, universidades e grupos da sociedade civil um incessável investimento em novos indicadores e conceitos que almejam dar conta da expansão de programas ditos sustentáveis, agrupando saberes e mecanismos de mensurar “qualidades” dos espaços e das pessoas. Agora, os ODS serão aplicados aos chamados países do *global south* e do *global north*, diferentemente dos Objetivos do Milênio que eram especificamente destinados aos países em desenvolvimento. A proposta dos 17 objetivos definem-se e dividem-se por:

- 1- Acabar com a pobreza em todas as suas formas em todos os lugares.
- 2- Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.
- 3- Garantir vidas saudáveis e promover o bem estar para todas as idades.
- 4- Garantir educação de qualidade que seja inclusiva e igualitária e promover oportunidades de educação continuada para todos
- 5- Alcançar igualdade de gênero e empoderamento de todas as mulheres e garotas
- 6- Garantir acesso e gestão sustentável de água e saneamento básico para todos
- 7- Garantir o acesso a energia para todos que seja confiável, sustentável e moderna.
- 8- Promover crescimento econômico sustentável e inclusivo, pleno e produtivo emprego, e trabalho decente para todos.

¹⁶ Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/68/970 (acesso em 5/12/2014).

9- Construir infra-estrutura resilientes, promover industrialização sustentável e inclusiva e inovação.

10- Reduzir desigualdade nos e entre os países.

11- Fazer com que cidades e assentamentos humanos sejam inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

12- Garantir o consumo sustentável e produção de modelos.

13- Tomar iniciativas urgentes para combater a mudança climática

14- Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

15- Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir as florestas de forma sustentável, combater a desertificação, diminuir pela metade a degradação da terra e a perda da bio-diversidade.

16- Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, garantir acesso a justiça para todos e construir instituições efetivas, confiáveis e inclusivas em todos os níveis.

17- Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

De março de 2013 a julho de 2014, o Working Open Group concluiu 13 sessões de trabalho que terminaram em 19 de julho de 2014¹⁷ com a publicação de um relatório final: o “Open Working Group Proposal for Sustainable Development Goals”, com os 17 objetivos do desenvolvimento listados acima que serão discutidos durante todo o ano de 2015 e finalizados em uma resolução da Assembleia Geral para a agenda pós-2015 em setembro.

Os próximos passos das Nações Unidas para o estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis serão as dez sessões intergovernamentais de negociações que acontecerão em sua sede em Nova York. Estas terão início em 19 de janeiro de 2015 e estão programadas para finalizar seus trabalhos em 31 de julho, antes da Cúpula

¹⁷ A Assembleia Geral aprovou o relatório do *Open Working Group* por meio da resolução A/68/970, de 14 de agosto de 2014, finalizando a missão do grupo que foi coordenado pelos presidentes Csaba Korosi da Hungria e Macharia Kamau do Kênia. Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/68/970&Lang=E (acesso em 28/11/2014).

Internacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pós 2015, ao apresentar a proposta final que irá conduzir a política da ONU até 2030.

Bibliografia

- PNUD – Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas. *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*. Disponível em: www.pnud.org.br/odm.aspx.
- PNUD (1990). *Human Development Report*. New York: Oxford University Press. Disponível em: hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1990.
- UN. (1992) *Agenda 21*. Sustainable Development Knowledge Platform. New York: UN. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/index.php?page=view&nr=23&type=400>
- UN (1993). *Dissemination of the principles of the Rio Declaration on Environment and Development*. A/48/190. New York: UN. Disponível em: <http://www.un-documents.net/a48r190.htm>.
- UN (2010). *Keeping the Promise: United to achieve the Millennium Development Goal*. A/65 L.1. New York: UN. Disponível em: http://www.un.org/en/mdg/summit2010/pdf/ZeroDraftOutcomeDocument_31May2010rev2.pdf.
- UN (2012). *Realizing the Future We Want for All. Development Policy and Analysis Division*. New York: UN. Disponível em: http://www.un.org/en/development/desa/policy/untaskteam_undf/untt_report.pdf.
- UN (2012). *Sustainable development: implementation of Agenda 21, the Programme for the Further Implementation of Agenda 21 and the outcomes of the World Summit on Sustainable Development and of the United Nations Conference on Sustainable Development*, A/67/437/Add.1. Brazil: UN. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf>.
- UN (2012). *The Future We Want*. Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. New York: UNCSD. Disponível em: <http://www.uncsd2012.org/content/documents/727The%20Future%20We%20Want%2019%20June%201230pm.pdf>.
- UN (2013). *A New Global Partnership: Eradicate Poverty and Transform Economies through Sustainable Development*. New York: UN. Disponível em: http://www.un.org/sg/management/pdf/HLP_P2015_Report.pdf.
- UN (2013). *Implementation of Agenda 2: the Programme for the Further Implementation of Agenda 21 and the outcomes of the World Summit on Sustainable Development and of the United Nations Conference on Sustainable Development*. A/67/203. New York: UN. Disponível em: http://www.un.org/esa/sustdev/documents/WSSD_POI_PD/English/WSSD_PlanI mpl.pdf
- UN (2014). *Report of the Open Working Group of the General Assembly on Sustainable Development Goals*, A/68/970. New York: UN. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/sdgsproposal>.

Anexo 1 - Membros do System Task Team das ONU para o período Pós-2015 da Agenda de Desenvolvimento da ONU (UN System Task Team on the Post-2015 UN Development Agenda Membership)

Department of Economic and Social Affairs (DESA), Co-Chair United Nations Development Programme (UNDP), Co-Chair Convention on Biological Diversity (CBD)

Department of Public Information (DPI)

Economic Commission for Africa (ECA)

Economic Commission for Europe (ECE)

Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC)

Economic and Social Commission for Asia and the Pacific (ESCAP)

Economic and Social Commission for Western Asia (ESCWA)

Executive Office of the Secretary-General (EOSG)

Food and Agricultural Organization of the United Nations (FAO)

Global Environment Facility (GEF)

International Atomic Energy Agency (IAEA)

International Civil Aviation Organization (ICAO)

International Fund for Agricultural Development (IFAD) International Labour Organization (ILO)

International Maritime Organization (IMO)

International Monetary Fund (IMF)

International Organization for Migration (IOM)

International Telecommunication Union (ITU)

Joint United Nations Programme on HIV/AIDS (UNAIDS) Non-Governmental Liaison Service (NGLS)

Office of the Deputy Secretary-General (ODSG)

Office of the High Commissioner for Human Rights (OHCHR)

Office of the High Representative for the Least Developed Countries,

Landlocked Developing Countries and Small Island Developing States (OHRLLS)

Office of the Special Advisor on Africa (OSAA)

Peace building Support Office (PBSO)

United Nations United Nations United Nations United Nations United Nations (UN Women) United Nations Children's Fund (UNICEF)
Conference on Trade and Development (UNCTAD)
Convention to Combat Desertification (UNCCD)
Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO)
Entity for Gender Equality and Empowerment of Women
Environment Programme (UNEP)
Framework Convention on Climate Change (UNFCCC)
Fund for International Partnerships (UNFIP)
Global Compact Office
United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR)
United Nations Human Settlements Programme (UN-HABITAT)
United Nations Industrial Development Organization (UNIDO)
United Nations International Strategy for Disaster Reduction (UNISDR)
United Nations Institute for Training and Research (UNITAR)
United Nations Millennium Campaign
United Nations Office for Outer Space Affairs (UNOOSA)
United Nations Office for Project Services (UNOPS)
United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC)
United Nations Population Fund (UNFPA)
United Nations Relief and Works Agency for Palestinian Refugees in the Near East (UNRWA)
United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD)
United Nations System Chief Executives Board for Coordination Secretariat (CEB)
United Nations University (UNU)
United Nations Volunteers (UNV)
United Nations World Tourism Organization (UNWTO)
Universal Postal Union (UPU)
World Bank
World Food Programme (WFP)
World Health Organization (WHO)

World Intellectual Property Organization (WIPO)

World Meteorological Organization (WMO)

World Trade Organization (WTO)

Anexo 2 - Relação de alguns documentos divididos por ano desde a preparação do Rio+20 que influenciaram as discussões dos objetivos de desenvolvimento sustentável

2014

- E /2014/INF/2 - Action taken by the Economic and Social Council at its 2014 session
- A/68/L.62 - Four one-day structured dialogues on possible arrangements for a facilitation mechanism to promote the development, transfer and dissemination of clean and environmentally sound technologies
- A/68/L.61 - Report of the Open Working Group on Sustainable Development Goals established pursuant to General Assembly resolution 66/288
- A/RES/68/1 - Review of the implementation of General Assembly resolution 61/16 on the strengthening of the Economic and Social Council

2013

- A /RES/66/288 - Resolution adopted by the General Assembly on 27 July 2012 - The future we want
- E/2013/L.38 - Conclusion of the work of the Commission on Sustainable Development
- E/2013/L.37 - Revised provisional agenda for the twentieth session of the Commission on Sustainable Development
- A/67/941 - Progress report on the work of the General Assembly Open Working Group on SDGs at its first four sessions
- A/RES/67/290 - Format and organizational aspects of the high-level political forum on sustainable development
- A/RES/67/203 - Implementation of Agenda 21, the Programme for the Further Implementation of Agenda 21 and the outcomes of the World Summit on

Sustainable Development and of the United Nations Conference on Sustainable Development

- A/RES/67/199 - Follow-up to the International Conference on Financing for Development

2012

- A/67/437/Add.1 - Implementation of Agenda 21, the Programme for the Further Implementation of Agenda 21 and the outcomes of the World Summit on Sustainable Development and of the United Nations Conference on Sustainable Development
- A/C.2/67/L.45 - Implementation of Agenda 21
- A/RES/66/288 - The Future We Want
- A/RES/66/68 - Sustainable fisheries, incl. through 1995 Agreement for Implementation of Provisions of United Nations Convention on the Law of the Sea of 10 December 1982 rel. to Conservation and Management of Straddling Fish Stocks and Highly Migratory Fi
- A/RES/66/194 - Protection of coral reefs for sustainable livelihoods and development

Anexo 3 - Membros do Grupo de Trabalho Aberto para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Membership of the Open Working Group on Sustainable Development Goals)

1. Algeria/Egypt/Morocco/Tunisia
2. Ghana
3. Benin
4. Kenya
5. United Republic of Tanzania
6. Congo
7. Zambia/Zimbabwe
8. Nauru/Palau/Papua New Guinea
9. Bhutan/Thailand/Viet Nam

10. India/Pakistan/Sri Lanka
11. China/Indonesia/Kazakhstan
12. Cyprus/Singapore/United Arab Emirates
13. Bangladesh/Republic of Korea/Saudi Arabia
14. Iran (Islamic Republic of)/Japan/Nepal
15. Colombia/Guatemala
16. Bahamas/Barbados
17. Guyana/Haiti/Trinidad and Tobago
18. Mexico/Peru
19. Brazil/Nicaragua
20. Argentina/Bolivia (Plurinational State of)/Ecuador
21. Australia/Netherlands/United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland
22. Canada/Israel/United States of America
23. Denmark/Ireland/Norway
24. France/Germany/Switzerland
25. Italy/Spain/Turkey
26. Hungary
27. Belarus/Serbia
28. Bulgaria/Croatia
29. Montenegro/Slovenia
30. Poland/Romania